3. **Admissibilidade de Averbação em Registro de Imóveis.** A jurisprudência oscila em admitir o registro de notificação, de interpelação ou de protesto no Registro de Imóveis. “Segundo precedentes da 3.^a Turma, a averbação do protesto em registro imobiliário viola os arts. 869 e 870 do Código de Processo Civil” (STJ, 3.^a Turma, RMS 15.256/RS, rel. Min. Castro Filho, j. 29.10.2003, DJ 17.11.2003, p. 316); contra, admitindo essa averbação: STJ, Corte Especial, EREsp 440.837/RS, rel. Min. Eliana Calmon, rel. para acórdão Min. Barros Monteiro, j. 16.08.2006, DJ 28.05.2007, p. 260. A discussão, porém, deve ser tida por superada, na medida em que o art. 728, II, CPC, torna claro o cabimento da medida, desde que ouvido previamente o requerido.

4. **Prazo para a manifestação do requerido.** Não havendo prazo específico para a manifestação do requerido, aplica-se o prazo geral de quinze dias (art. 721, CPC).

5. **Recurso.** Não há previsão de recurso contra a decisão que defere a notificação, o protesto ou a interpelação. Como regra geral, porque a decisão se limita ao exame formal do pedido, sem examinar o direito do requerente, não há interesse recursal para o emprego de qualquer recurso. Porém, presente esse requisito, tem-se admitido o mandado de segurança para atacar a decisão que defere pedido de protesto, notificação ou interpelação (STJ, 4.^a Turma, RMS 9.570/SP, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, j. 25.06.1998, DJ 21.09.1998, p. 163).

Art. 729. Deferida e realizada a notificação ou interpelação, os autos serão entregues ao requerente.

1. **Sentença.** Realizada a intimação, exaure-se a função do protesto, notificação ou interpelação. Tem o juiz de declarar extinto o processo e, pagas as custas, determinar a entrega dos autos à parte. Não cabe recurso de apelação. Sendo ilegal o protesto, notificação ou interpelação, admite-se a impetração de mandado de segurança (STJ, 4.^a Turma, RMS 9.570/SP, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, j. 25.06.1998, DJ 21.09.1998, p. 163).

Seção III

Da Alienação Judicial

Art. 730. Nos casos expressos em lei, não havendo acordo entre os interessados sobre o modo como se deve realizar a alienação do bem, o juiz, de ofício ou a requerimento dos interessados ou do depositário, mandará aliená-lo em leilão, observando-se o disposto na Seção I deste Capítulo e, no que couber, o disposto nos arts. 879 a 903.

1. **Alienações Judiciais.** As alienações judiciais podem ocorrer por processo autônomo ou mediante processo incidental. O art. 725, III a V, CPC, prevê casos que entram na primeira hipótese. Sempre que for necessária alienação judicial em processo pendente, como providência incidental e fora da cadeia normal do procedimento, rege a espécie o art. 730, CPC, independentemente, porém, de instauração de processo apartado. As alienações judiciais promovidas na fase de cumprimento da sentença por execução forçada e no processo de execução autônomo, porque pertencentes à normalidade do procedimento, não são disciplinadas pelo art. 730, CPC, mas regidas pelos arts. 879 a 903, CPC.

2. Contraditório. A alienação judicial incidental deve sempre ser precedida de contraditório (arts. 721 e 730, CPC). Vale dizer: é obrigatória a prévia oitiva de todas as partes. O contraditório pode versar sobre a caracterização do bem como sendo passível de alienação judicial incidental e sobre a oportunidade e conveniência da alienação.

3. Leilão Público. A alienação ocorre por meio de leilão, que pode tomar a forma de leilão por iniciativa particular ou judicial eletrônico ou presencial, que deve observar, em qualquer caso, o contido nos arts. 879 a 903, CPC.

4. Procedimento. A alienação judicial observa, sempre, o contido na parte geral do capítulo dos Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária (arts. 719 a 725, CPC) e, no que se refere à alienação, o procedimento previsto pelos arts. 879 a 903, CPC.

5. Coisa Comum. Quando a coisa for indivisível, e os consortes não quiserem adjudicá-la a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior. Se nenhum dos condôminos tem benfeitorias na coisa comum e participam todos do condomínio em partes iguais, realizar-se-á licitação entre estranhos e, antes de adjudicada a coisa àquele que ofereceu maior lance, proceder-se-á à licitação entre os condôminos, a fim de que a coisa seja adjudicada a quem afinal oferecer melhor lance, preferindo, em condições iguais, o condômino ao estranho (art. 1.322, CC).

6. Bens de Órfãos. Compete ao tutor alienar os bens do menor destinados à venda (art. 1.747, IV, CC), vender-lhe os bens móveis, cuja conservação não convier, e os imóveis quando houver manifesta vantagem, mediante prévia avaliação judicial e aprovação do juiz (arts. 1.748, IV, e 1.750, CC). A alienação segue o regime do art. 730, CPC.

7. Alienação de bem objeto de promessa de compra e venda. Já compreendeu o Superior Tribunal de Justiça que “é juridicamente possível o pedido de alienação judicial de bem imóvel objeto de compromisso de compra e venda, especialmente diante da possibilidade, em tese, de aquiescência da promitente vendedora quanto aos termos da pretendida alienação. O direito real de propriedade não se confunde com o direito real do promitente comprador, que se consubstancia em um direito à aquisição do imóvel condicionado ao cumprimento da obrigação de pagar a quantia contratualmente estabelecida” (STJ, 3ª Turma. REsp 1.501.549/RS, rel. Min. Nancy Andrighi, DJe 11.05.18).

Seção IV

Do Divórcio e da Separação Consensuais, da Extinção Consensual de União Estável e da Alteração do Regime de Bens do Matrimônio

Art. 731. A homologação do divórcio ou da separação consensuais, observados os requisitos legais, poderá ser requerida em petição assinada por ambos os cônjuges, da qual constarão:

- I – as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns;
- II – as disposições relativas à pensão alimentícia entre os cônjuges;

III – o acordo relativo à guarda dos filhos incapazes e ao regime de visitas; e

IV – o valor da contribuição para criar e educar os filhos.

Parágrafo único. Se os cônjuges não acordarem sobre a partilha dos bens, far-se-á esta depois de homologado o divórcio, na forma estabelecida nos arts. 647 a 658.

1. Separação e Divórcio Consensuais. A sociedade conjugal termina com a separação do casal (art. 1.571, III, CC). O vínculo conjugal, no entanto, só termina com o divórcio (art. 1.571, § 1.º, CC). A separação pode ser judicial ou extrajudicial. A separação litigiosa só pode ser judicial (arts. 1.572 e 1.573, CC). A separação consensual pode ser judicial (arts. 731 e 732, CPC) ou extrajudicial (art. 733, CPC). A separação consensual segue o procedimento especial de jurisdição voluntária dos arts. 731 e 733, CPC. A separação litigiosa obedece ao procedimento comum ordinário de jurisdição contenciosa (art. 34, Lei 6.515, de 1977). O divórcio pode ser postulado depois de um ano do trânsito em julgado da sentença que decretar a separação judicial ou depois da decisão concessiva de medida de separação de corpos (art. 1.580, CC) ou ainda se comprovada a separação de fato do casal por prazo superior a dois anos, a pedido de um ou de ambos os cônjuges (art. 1.580, § 2.º, CC).

2. Mútuo Consentimento. Dar-se-á a separação judicial por mútuo consentimento dos cônjuges se forem casados por mais de um ano e o manifestarem perante o juiz, sendo por ele devidamente homologada a convenção (art. 1.574, CC). Inexistindo filhos menores ou incapazes do casal, idêntica providência pode ser realizada por escritura pública (art. 733, CPC). A petição inicial tem de ser assinada por ambos os cônjuges a fim de que demonstrem o mútuo consentimento na separação do casal.

3. Conversão da Separação Judicial em Divórcio. Decorrido um ano do trânsito em julgado da sentença, que houver decretado a separação judicial, ou da decisão concessiva de medida cautelar de separação de corpos, qualquer das partes poderá requerer sua conversão em divórcio. A conversão em divórcio da separação judicial dos cônjuges será decretada por sentença, da qual não constará referência à causa que a determinou (art. 1.580, CC). O procedimento para conversão da separação judicial em divórcio está disciplinado nos arts. 35 a 37, Lei 6.515, de 1977.

4. Dissolução Consensual de União Estável. “União estável. Dissolução. Interesse de agir. Partilha do patrimônio comum. Ajuste consensual. 1. A união estável autoriza os parceiros a procurar, amigavelmente, o Poder Judiciário para fazer a respectiva dissolução. 2. Recurso especial conhecido e provido, por maioria” (STJ, 3.ª Turma, REsp 178.262/DF, rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, rel. para acórdão Min. Carlos Alberto Menezes Direito, j. 19.05.2005, DJ 29.08.2005, p. 326). “Comprovada a existência de sociedade de fato entre os concubinos, é cabível a sua dissolução judicial, com a partilha do patrimônio adquirido pelo esforço comum” (Súmula 380, STF).

5. Pacto Antenupcial. É lícito aos nubentes, antes de celebrado o casamento, estipular, quanto aos bens futuros do casal, o que lhes aprouver (art. 1.639, CC). A disciplina do pacto antenupcial encontra-se nos arts. 1.653 a 1.657, CC. A ausência de escolha de regime de bens no pacto antenupcial importa adoção do regime da comunhão parcial (art. 1.640, CC).

6. Partilha de Bens. A ausência de acordo entre os cônjuges sobre a partilha de bens não obsta a homologação da separação consensual (arts. 731, parágrafo único, CPC e 1.581, CC). A partilha pode ser realizada posteriormente, com a observância, no que couber, dos arts. 647 a 658, CPC. Nesse caso, a separação judicial não importa partilha de bens, mas apenas a separação de corpos (art. 1.575, CC).

7. Guarda dos Filhos e Regime de Visitas. A guarda dos filhos obedece àquilo que foi acordado entre o casal. Inexistindo acordo, será instituída, sempre que possível, a guarda compartilhada, desde que sejam ambos aptos e nenhum deles declare expressamente que não deseja exercer essa guarda (art. 1.584, § 2.º, CC). O regime de visitas também tem de ser objeto de acordo judicial. O pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação (art. 1.589, CC). O mesmo direito de visita poderá ser estendido aos avós, por decisão judicial, observado o interesse da criança ou do adolescente (art. 1.589, parágrafo único, do CC).

8. Manutenção dos Filhos. Para a manutenção dos filhos, os cônjuges separados judicialmente contribuirão na proporção de seus recursos (art. 1.703, CC).

9. Alimentos. São devidos a partir da propositura da ação de separação judicial e não da data da decisão que os concede (*ratio* da Súmula 226, STF: “Na ação de desquite, os alimentos são devidos desde a inicial e não da data da decisão que os concede”). “A mulher que dispensou, no acordo de desquite, a prestação de alimentos, conserva, não obstante, o direito à pensão decorrente do óbito do marido, desde que comprovada a necessidade do benefício” (Súmula 64, TFR). “No acordo de desquite não se admite renúncia aos alimentos, que poderão ser pleiteados ulteriormente, verificados os pressupostos legais” (Súmula 379, STF). Vale dizer: pode o credor não exercer, porém lhe é vedado renunciar o direito a alimentos (art. 1.707, CC).

10. Preservação Suficiente de Interesse. O juiz pode recusar a homologação e não decretar a separação judicial se apurar que a convenção apresentada na petição inicial não preserva suficientemente os interesses dos filhos ou de um dos cônjuges (art. 1.574, parágrafo único, CC).

11. Ministério Público. “Processual civil. Ministério Público. CPC, art. 1.122, § 1.º. Subversão do procedimento. Ofensa ao devido processo legal. Nulidade. Recurso provido. I. O processo, como instrumento da jurisdição, orienta-se, sobretudo, por princípios, dentre os quais os da finalidade e da ausência de prejuízo. Em nome da segurança jurídica, porém, o princípio maior do *due process of law* reclama observância do procedimento regulado em lei, não sendo dado ao Judiciário tomar liberdades com ele inadmissíveis. II. Subverte o sistema processual e sujeita-se à invalidade o procedimento judicial que não enseja ao *Parquet* manifestar-se no momento previsto no § 1.º do art. 1.122 do CPC, especialmente quando há interesses de incapazes” (STJ, 4.ª Turma, REsp 2.835/RS, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, j. 04.09.1990, DJ01.10.1990, p. 10.449). Nos termos do art. 178, CPC, porém, a nulidade só decorre se a falta de intervenção do Ministério Público ocorrer em processo que efetivamente envolva interesse de incapaz. A simples discussão sobre a separação ou o divórcio não é causa de intervenção do Ministério Público.

A perfectibilização do acordo, nessa parte, demanda, simplesmente, a livre manifestação de vontade das partes, não cabendo ao Juízo, nesse caso, outra providência que não a homologação. Saliente-se, a esse propósito, afigurar-se absolutamente dispensável a designação de audiência destinada à ratificação dos termos já acordados. A rescisão de seus termos somente se afigura possível, se a correlata pretensão for veiculada em ação própria e embasada em algum vício de consentimento (tais como erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores), ou de defeito insanável (devidamente especificado no art. 166 do Código Civil), do que, na espécie, em princípio, não se cogita. Já o acordo estabelecido e subscrito pelos cônjuges no tocante ao regime de guarda, de visita e de alimentos em relação ao filho menor do casal assume o viés de mera proposição submetida ao Poder Judiciário, que haverá de sopesar outros interesses, em especial, o preponderante direito da criança, podendo, ao final, homologar ou não os seus termos. Em se tratando, pois, de mera proposição ao Poder Judiciário, qualquer das partes, caso anteveja alguma razão para se afastar das disposições inicialmente postas, pode, unilateralmente, se retratar. Ressalte-se, aliás, que, até mesmo após a homologação judicial acerca do regime de guarda, de visita e de alimentos relativos ao filho menor, se uma circunstância superveniente alterar os fatos submetidos ao Juízo, absolutamente possível que seus termos sejam judicialmente alterados por provocação das partes” (STJ, 3ª Turma. REsp 1.756.100/DF. Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze. DJe 11.10.2018).

Art. 732. As disposições relativas ao processo de homologação judicial de divórcio ou de separação consensuais aplicam-se, no que couber, ao processo de homologação da extinção consensual de união estável.

1. Extinção consensual de união estável. Pode ocorrer judicialmente, pelo mesmo procedimento previsto para a homologação do divórcio ou da separação consensuais (art. 731, CPC), ou extrajudicialmente, na forma estabelecida pelo art. 733, CPC.

Art. 733. O divórcio consensual, a separação consensual e a extinção consensual de união estável, não havendo nascituro ou filhos incapazes e observados os requisitos legais, poderão ser realizados por escritura pública, da qual constarão as disposições de que trata o art. 731.

§ 1.º A escritura não depende de homologação judicial e constitui título hábil para qualquer ato de registro, bem como para levantamento de importância depositada em instituições financeiras.

§ 2.º O tabelião somente lavrará a escritura se os interessados estiverem assistidos por advogado ou por defensor público, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial.

1. Separação e Divórcio Consensuais Extrajudiciais. São condições para que seja possível a separação e o divórcio consensuais extrajudiciais a ausência de nascituros ou filhos incapazes do casal; o acordo entre os cônjuges a respeito das questões dos incisos I a IV, do art. 731, CPC (embora, quanto à partilha de bens, essa possa ocorrer posteriormente, judicial ou extrajudicialmente, conforme os arts. 1.581, CC e 731, parágrafo único, CPC); e a assistência por advogado ou defensor público. O art. 226, § 6.º, CF hoje menciona apenas que “o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio”, sem qualquer alusão a prazos

de espera para tanto. A escritura pública não depende de homologação judicial e constitui título hábil para o registro civil e para o registro de imóveis. A escritura pública constitui título executivo para a execução de alimentos. Os arts. 33 a 53, Resolução 35, CNJ, de 2007, regem de maneira mais pormenorizada o assunto.

Art. 734. A alteração do regime de bens do casamento, observados os requisitos legais, poderá ser requerida, motivadamente, em petição assinada por ambos os cônjuges, na qual serão expostas as razões que justificam a alteração, ressalvados os direitos de terceiros.

§ 1.º Ao receber a petição inicial, o juiz determinará a intimação do Ministério Público e a publicação de edital que divulgue a pretendida alteração de bens, somente podendo decidir depois de decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da publicação do edital.

§ 2.º Os cônjuges, na petição inicial ou em petição avulsa, podem propor ao juiz meio alternativo de divulgação da alteração do regime de bens, a fim de resguardar direitos de terceiros.

§ 3.º Após o trânsito em julgado da sentença, serão expedidos mandados de averbação aos cartórios de registro civil e de imóveis e, caso qualquer dos cônjuges seja empresário, ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

1. Requerimento conjunto. O pedido consensual de modificação do regime de bens do casamento deve ser formulado em petição assinada por ambos os cônjuges, a fim de demonstrar a concordância mútua nessa alteração. O pedido deve ser motivado, expondo-se as razões que justificam a providência, não bastando o interesse de ambos os cônjuges nessa mudança.

2. Direitos de terceiros. A modificação do regime de bens do casal não pode afetar direitos de terceiros (art. 734, parte final, CPC). Por isso, em relação a dívidas assumidas antes da mudança, a responsabilidade patrimonial continua regida pelo regime existente anteriormente, salvo se tiver havido incremento patrimonial com a alteração do regime (art. 789, CPC).

3. Divulgação do pedido de alteração do regime de bens. O pedido deve ser submetido a ampla divulgação, a fim de não afetar interesses de terceiros. Por isso, deve participar do feito o Ministério Público e também deve ser publicado edital para ciência geral da pretensão do casal. Os cônjuges podem ainda sugerir forma alternativa de divulgação da pretensão, sempre no intuito de preservar, da forma mais ampla, o interesse de terceiros (art. 732, § 2.º, CPC).

4. Averbação da Alteração de Regime. Depois de transitada em julgado a sentença homologatória da alteração consensual do regime de bens do casal, deve-se expedir mandados de averbação aos cartórios competentes, bem como, em caso de pessoa empresária, ao registro público de empresas mercantis (art. 734, § 3.º, CPC).

Seção V

Dos Testamentos e dos Codicilos

Art. 735. Recebendo testamento cerrado, o juiz, se não achar vício externo que o torne suspeito de nulidade ou falsidade, o abrirá e mandará que o escrivão o leia em presença do apresentante.

§ 1.º Do termo de abertura constarão o nome do apresentante e como ele obteve o testamento, a data e o lugar do falecimento do testador, com as respectivas provas, e qualquer circunstância digna de nota.

§ 2.º Depois de ouvido o Ministério Público, não havendo dúvidas a serem esclarecidas, o juiz mandará registrar, arquivar e cumprir o testamento.

§ 3.º Feito o registro, será intimado o testamenteiro para assinar o termo da testamentária.

§ 4.º Se não houver testamenteiro nomeado ou se ele estiver ausente ou não aceitar o encargo, o juiz nomeará testamenteiro dativo, observando-se a preferência legal.

§ 5.º O testamenteiro deverá cumprir as disposições testamentárias e prestar contas em juízo do que recebeu e despendeu, observando-se o disposto em lei.

1. Testamentos e Codicilos. Testamento é o ato personalíssimo e revogável que serve para que alguém disponha sobre a totalidade de seu patrimônio ou parte dele para depois de sua morte, além de servir para prestação de outras declarações de última vontade (arts. 1.857 e 1.858, CC). Codicilo é o ato de última vontade em que a pessoa faz disposições especiais sobre o seu enterro, sobre esmolas de pouca monta a certas e determinadas pessoas ou, indeterminadamente, aos pobres de certo lugar, e lega móveis, roupas ou joias, de pouco valor, de seu uso pessoal (art. 1.881, CC). A disciplina do testamento e do codicilo pertence ao direito material – arts. 1.857 a 1.940, CC. São formas normais de testamento o público, o cerrado e o particular (art. 1.862, CC). São considerados testamentos especiais o marítimo, o aeronáutico e o militar (art. 1.886, CC).

2. Testamento Cerrado. Testamento cerrado é o testamento fechado, escrito pelo testador ou por outra pessoa a seu rogo e aprovado pelo tabelião, que só pode ser revelado após a sua morte (art. 1.868, CC). Regram o assunto no plano do direito material os arts. 1.868 a 1.875, CC.

3. Competência. O foro do domicílio do autor da herança é o competente para o cumprimento de disposições de última vontade. Se o autor da herança não possuía domicílio certo, é o foro da situação dos bens imóveis o competente; se possuía imóveis em foros diversos, qualquer deles será competente; se não houver imóvel, competente será o foro do local de qualquer dos bens do espólio (art. 48, CPC).

4. Abertura, Registro e Cumprimento. A cognição do juiz no juízo de abertura do testamento e do codicilo é sumária – está circunscrita à simples inspeção do escrito para verificar se cumprem ou não as suas formalidades extrínsecas essenciais. O juiz só pode negar cumprimento ao testamento ou ao codicilo se, *prima facie*, achar vício externo que o torne suspeito de nulidade ou falsidade (arts. 735, CPC, e 1.875, CC). Em qualquer caso tem de registrá-lo e arquivá-lo. Determinará o seu cumprimento se estiver em conformidade com a legislação vigente.

5. Língua Estrangeira. Se redigido em língua estrangeira o testamento cerrado, a tradução juramentada só é possível e exigível depois de aberto em juízo (art. 192, parágrafo único, CPC). Se o testamento é aberto, então pode ser requerida a sua abertura já acompanhada de tradução juramentada.

6. Suspeito de Nulidade ou Falsidade. O juízo de abertura não é competente para declarar a falsidade ou decretar a nulidade do testamento ou do codicilo. O juízo de apresentação